

Brasil urgente

Eliana Cardoso

A pesar das taxas de inflação mais baixas nos últimos dois meses, o processo inflacionário brasileiro se encontra fora de controle. O cenário é da maior gravidade. O risco de uma hiperinflação é real.

Hiperinflações sempre terminam em tragédia. Ao caos econômico seguem-se guerras civis, revoluções ou golpes de Estado. Exemplos históricos abundam. A hiperinflação dos anos 40 na China, por exemplo, levou a uma guerra civil que culminou com a tomada do poder pelos comunistas em 1949. Chegou a hora de convencer o presidente de que ele é o responsável pelo processo inflacionário que põe em risco a transição democrática no Brasil. Não cabe aos trabalhadores abrir mão de suas reivindicações salariais, nem aos empresários abrir mão de seus lucros. Cabe ao presidente cumprir o que prometeu, reduzindo a máquina pública, controlando gastos e fiscalizando o pagamento dos impostos.

Processos hiperinflacionários têm uma única explicação. Eles se devem a déficits fiscais que perduram por um período longo, gerando um círculo vicioso onde déficit e inflação correm um atrás do outro. Ao começar a corrida, o déficit pode ser financiado por uma baixa taxa de expansão monetária e uma baixa taxa de inflação. À medida que as pessoas tenham se defender da inflação, gastando seus salários o mais rapidamente possível, para não manter no bolso uma moeda cujo valor cai a cada dia, a inflação aumenta e o governo é forçado a emitir mais moeda. A inflação torna a aumentar corroendo a receita real dos impostos. Consequentemente o déficit cresce, forçando um novo ciclo de emissões monetárias e aumentos de preços. A economia mergulha num círculo vicioso onde a inflação tende a se acelerar sustentada por mecanismos institucionais que visam a proteger os rendimentos dos diferentes grupos econômicos.

Hoje todo mundo no Brasil sabe essa história de cor e salteado. Menos o presidente e os congressistas. Ou será que apenas lhes convém afetar ignorância? Não foram suficientes as experiências do Plano Cruzado e do Plano Bresser para convencê-los de que inflação não se cura com controle de preços?

Atribuir o fracasso dos planos anteriores e o fracasso muito próximo do Plano Verão a uma dessincronização de preços relativos, à falta de controle das taxas de juros, a um descongelamento muito lento ou muito rápido é tapar o sol com a peneira. Todos os planos falharam porque não atacaram a raiz do problema inflacionário. E o orçamento fiscal continua desequilibrado. Todos os planos acumularam erros em cima de erros, multiplicando o problema fiscal, descapitalizando a economia, distorcendo o mercado financeiro e tornando o problema inflacionário cada vez mais grave.

O governo meteu-se num beco sem saída com o Plano Verão e sua política monetária suicida. Ao aumentar as taxas de juros a níveis extraordinariamente elevados, o governo evitou o desabastecimento. Mas ao mesmo tempo agravou desmesuradamente o problema fiscal. O Ministério do Planejamento calcula que em 1989 os custos financeiros da dívida interna serão equivalentes a quase toda receita tributária. A Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) calcula que o Tesouro Nacional detém mais de 95% da poupança nacional. Claramente esta dívida é insustentável.

O governo pretende reduzir as taxas de juros mas se defronta com dois graves problemas. Por um lado a redução

das taxas de juros levaria os empresários a refazer seus estoques. Até hoje, eles garantiram o abastecimento, livrando-se de seus estoques para aplicar no *over*. Revertendo-se a situação, e mantendo-se o controle de preços, resultaria o desabastecimento que até agora se conseguiu evitar. Sem controle de preços a inflação voltaria mais alta.

Além disso, as taxas de juros elevadas deram origem a uma operação que o mercado financeiro batizou de operação catraca. Os dólares entram no país através do mercado negro. Convertidos em cruzados são aplicados no *over*. Os aplicadores se mantêm atentos a qualquer sinal de mudança de política para monetizar suas aplicações, reconvertê-las em dólares e enviá-las rapidamente de volta a Miami. No momento em que tal processo chegar à conclusão, uma alta monumental do prêmio no mercado paralelo forçará uma desvalorização do câmbio oficial e mais inflação.

A perda de confiança na política monetária do governo, inevitável na presença de uma dívida excessivamente alta e de juros elevados que a tornam insustentável, acabará por forçar a fuga do *over*. Se o governo for forçado a pagar a dívida interna, sua monetização acarretará inevitavelmente uma hiperinflação. Alternativamente, o governo poderia congelar a dívida e convertê-la em ações da Estrada de Ferro Norte-Sul, provocando a quebra de numerosas empresas. Evidentemente o mercado sabe que o governo não tem recursos para pagar todos os seus credores. Mas cada um deles joga no *over* na crença de que será capaz de fugir antes da quebra geral.

Na busca de uma saída para esse processo vale a pena examinar a experiência de outros países. O México passou por uma situação paralela no ano que antecedeu a eleição de Salinas e evitou a hiperinflação através de uma dramática reforma fiscal. A contração fiscal é ruim para os negócios, mas a situação atual é ainda pior. Ela provoca a descapitalização da economia e os juros muito altos terminam por criar uma recessão tão grave ou pior do que a criada pela contração fiscal. A recessão é inevitável.

O único caminho que permite recompor o equilíbrio macroeconômico é o corte do déficit fiscal. Existe apenas três maneiras de se cortar o déficit: cortar gastos, aumentar impostos e repudiar a dívida. Medidas razoáveis poderiam combinar a suspensão da construção da Norte-Sul, garantindo a credibilidade do compromisso do governo com o reequilíbrio do orçamento; a demissão de 60 mil funcionários contratados sem concurso; o corte de subsídios fiscais e creditícios; e a suspensão provisória do serviço da dívida externa, que seria renegociada pelo governo eleito em novembro.

Na presença de uma contração fiscal muito forte, vale a pena desvalorizar o câmbio para manter o nível de atividade. No caso da suspensão do serviço da dívida externa, o governo dispõe de maior grau de liberdade, podendo sustentar o câmbio por mais algum tempo.

Cabe ao governo evitar o desastre econômico sem precedentes que se delinea no horizonte. Mesmo num ano de eleições, os interesses de longo prazo do país devem sobrepor-se aos fins eleitorais mais imediatos. Mesmo porque, a continuarmos na presente trajetória, o resultado das eleições de 1989 será um golpe militar, pelo qual o presidente e seus conselheiros terão de se responsabilizar.

Eliana Cardoso, doutora em Economia pelo MIT, é professora da Fletcher School, Tufts University, EUA.